

A Ciência Económica em Portugal

UMA HISTÓRIA RECENTE

2019

Vítor Neves e José Reis
Coordenadores


ALMEDINA

A CIÊNCIA ECONÓMICA EM PORTUGAL

UMA HISTÓRIA RECENTE

COORDENADORES

Vitor Neves e José Reis

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, nºs 76-80

3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901

www.almedina.net · editora@almedina.net

REVISÃO

Victor Ferreira

DESIGN DE CAPA

FBA.

PRÉ-IMPRESSÃO

João Jegundo

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Novembro, 2019

DEPÓSITO LEGAL

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infrator.



ALMEDINA

GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL — CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

A CIÊNCIA ECONÓMICA EM PORTUGAL

A ciência económica em Portugal:

uma história recente / coord.

Vitor Neves, José Reis

ISBN 978-972-40-8155-7

I — NEVES, Vitor

II — REIS, José

CDU 330

AGRADECIMENTOS

Este livro é uma obra coletiva, um trabalho de equipa, com a singularidade das suas contribuições individuais mas pensado como um todo no contexto de muitas, ricas e frutuosas trocas de ideias.

O trabalho que realizámos não teria sido possível sem a preciosa colaboração de muitas personalidades que disponibilizaram o seu tempo para, em entrevistas ou por email, fornecerem muito do material com que este livro se teceu. Para todos eles, demasiado numerosos para serem aqui referidos mas cujos nomes o leitor identificará ao longo das páginas que se seguem, o nosso agradecimento. Uma palavra de agradecimento é também devida a Victor Ferreira pelo trabalho competente e pelo inexcedível cuidado na revisão de todo o manuscrito.

Este trabalho tem o apoio financeiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT/MEC), através de fundos nacionais, e é cofinanciado pelo Fundo Europeu para o Desenvolvimento Regional — FEDER, através do Programa Operacional Competitividade e Inovação — COMPETE 2020, no âmbito do projeto RECON — *Que ciência económica se faz em Portugal? Um estudo da investigação portuguesa recente em Economia (1980 à atualidade)*, com a referência: PTDC/IVC-HFC/3826/2014 — POCI-01-0145-FEDER-016871.

Capítulo 1

O GEBEI: Um pensamento económico estruturado na periferia da Europa

JOSÉ REIS

Na verdade, os casos mais complexos são também os mais interessantes. É somente através desses casos que aprendemos a conhecer os diversos graus de afinidade, as relações mais próximas e mais fortes, as mais distantes e mais frouxas. [...] E julgamo-nos no direito de empregar mesmo a expressão “afinidades eletivas”.

JOHANN WOLFGANG GOETHE (1999 [1809]: 72–73)

Introdução

Este texto tem um objetivo preciso e imediato: reconstituir e interpretar o significado da atividade do GEBEI (Grupo de Estudos Básicos de Economia Industrial) em Portugal desde o início da década de 1970 até meados da de 1980. Mas tem ainda uma outra finalidade, indireta, que consiste em, através deste caso, discutir o panorama das ideias económicas em Portugal naquela altura, procurando ver como se formavam, o que é que as determinava, que problemas representavam, que conflitualidade se adivinhava e, enfim, de que ambiente intelectual faziam parte. Para lá do que possa dizer sobre as singularidades nacionais, tudo isto tem relação com uma discussão ainda mais ampla que é a que consiste em saber como se estruturam e circulam as ideias económicas num mundo que é composto por centros, periferias e situações intermédias.

O GEBEI foi criado no início da década de 1970¹ no âmbito da Secretaria de Estado da Indústria, conheceu diversas mutações a partir de 1977 e pode considerar-se encerrado em 1986, na sequência de atribulados processos de “transferência”, “integração” “incorporação” e “afetação” dentro da administração pública.² Desenvolveu um vasto leque de trabalhos relacionados com as estruturas da economia portuguesa (especialização produtiva, setor exportador, heterogeneidade empresarial, *stocks* de capital, níveis tecnológicos e de proteção pautal, estruturas financeiras das empresas), como os seus principais fluxos (consumo energético, investimento, funções de consumo privado, contas de rendimento das famílias), com as inter-relações fundamentais em que tudo isto assentava (matrizes *input-output* e regionais, multiplicadores) e com as dinâmicas mais influentes (planeamento, internacionalização, integração europeia, competitividade, concorrência externa). Numa economia com particularidades muito pronunciadas,³ tratava-se de identificar e compreender a espessura própria do país e, ao mesmo tempo, de criar informação que permitisse pensar a partir do que substantivamente o caracterizava, tendo em vista deliberar politicamente. Embora seja uma estrutura absolutamente singular, o GEBEI inseria-se numa “ecologia de planeamento” que já levava algumas

¹ Formalmente, o GEBEI foi criado por despacho do Secretário de Estado da Indústria, Hermes dos Santos, de 6 de julho de 1973. Mas, na realidade, já vinha de trás e corresponde à autonomização, dentro do Gabinete de Planeamento da mesma Secretaria de Estado, sob a direção de João Cravinho, de um “grupo de estudos”. É esta circunstância que faz de Rogério Martins, Secretário de Estado da Indústria entre 1969 e 1972, o viabilizador político do GEBEI e do protagonismo de João Cravinho.

² Mais adiante descrevo as formalidades da sua constituição e evolução, até ao seu fim.

³ Noto, no entanto, que há uma analogia curiosa, embora parcial, com organismos que se referirão mais adiante, o CEPREMAP e o CEPPII, em França, com os quais o GEBEI manteve relações de trabalho muito próximas. O CEPREMAP foi criado em 1967, designava-se inicialmente *Centre d'Études Prospectives d'Économie Mathématique Appliquées à la Planification*, fazia parte do Ministério da Planificação e tinha como finalidade «iluminar a planificação francesa através da investigação económica». Hoje designa-se *Centre pour la Recherche Economique et ses Applications* e é uma associação com participação pública e governamental, bancária e universitária. O CEPPII, *Centre d'Études Prospectives et d'Informations Internationales*, foi criado em 1978, por decreto do primeiro-ministro Raymond Barre. Hoje, faz parte da rede *France Stratégie*, administrativamente designada *Commissariat Général à la Stratégie et à la Prospective*, criada em 2013, e subordinada ao primeiro-ministro.

décadas e que esteve por detrás dos planos de fomento⁴ e de alguns grandes projetos de infraestruturização do país.

O que vou defender é que o GEBEI foi uma instância de pensamento económico muito importante em Portugal naquele período e que um programa como o que desenvolveu assentava num conjunto amplo e robusto de ideias, isto é, representava uma forma estruturada de pensamento económico. Refiro-me ao modo como formulava o “problema económico” em toda a sua amplitude e complexidade,⁵ como concebia a vida material do país e, muito especialmente, a economia, como encarava o Estado e o mercado ou como interpretava as principais mudanças em curso e se propunha intervir nelas. O seu ponto de vista era interdisciplinar, estrutural e sistémico e assim entendeu as condições da mudança que estava a ocorrer. Mas a perspetiva que construiu, sendo holística, tinha também de ser subdeterminada, isto é, formar-se a partir da situação contextual do país, dos seus factos característicos e do que lhe dava identidade e a diferenciava, tanto institucionalmente como materialmente, e fazendo disso uma condição para discutir as evoluções a que estivesse sujeita. Procurou, portanto, que o debate sobre a economia dispusesse de uma base informacional adequada e percebeu que isso é essencial em contextos em que a heterogeneidade prevalece. Para lá do que significou em si mesmo, o GEBEI pode também ser encarado como uma das sedes em que a Economia se revelou, em Portugal, como «uma disciplina plural, atenta às problemáticas do desenvolvimento», antes da «redução epistémica» que ocorreria depois da década de 1980, tal como sugeri num texto anterior (Reis, 2012: 36). É, portanto, um ponto nodal da história e da análise da formação e transformação das ideias económicas contemporâneas em Portugal.

⁴ O I Plano de Fomento vigorou entre 1953 e 1958, o II Plano de Fomento, entre 1959 e 1964, o Plano Intercalar, entre 1965 e 1967, o III Plano de Fomento, entre 1968 e 1973, e o IV Plano de Fomento destinar-se-ia ao período 1974–1979, não tendo obviamente sido aplicado.

⁵ Quer isto dizer, encarou a economia como um sistema de produção e provisão de bem-estar, em que a criação de riqueza tem de tomar em conta a heterogeneidade das estruturas, dos atores, das condições sociais e das interações, assim como as circunstâncias políticas, sabendo-se que a produção tem de ser analisada em simultâneo com a repartição do rendimento e que o mercado é uma construção social e política. O primeiro passo para assim encarar a economia é conhecê-la, dispor de informação sobre ela. Não se trata, por isso, de sobrepor à realidade material que constitui um país um modelo de condução geral e exterior, normativa, mas, sim, de a transformar a partir das próprias condições estruturais existentes.

Assumo ainda que o GEBEI constitui também um caso de estudo significativo para se discutir, a partir de Portugal, como o pensamento económico se forma e circula no plano internacional. Estou a pensar no que se passou num país periférico europeu num momento em que as ideias económicas não surgiram aqui por simples receção do que era dominante, sendo, pelo contrário, estabelecidas a partir de uma combinatória difícil entre o modo como se formula localmente o problema e se procede à articulação com outras esferas influentes. O mecanismo pelo qual se escolhem caminhos e se navega num mar que não é plano tanto pode ser o da assimilação que a relação hierárquica entre centros e periferias tende a estabelecer como pode resultar de escolhas intelectuais e metodológicas a que vou chamar “afinidades eletivas”, por corresponderem a atos de vontade positivos e não a simples assimilação.⁶ A atividade do GEBEI cabe nesta última condição e desencadeou, na verdade, um intenso relacionamento internacional e, por isso, representa também matéria para esta discussão, que é do interesse do projeto de investigação dentro do qual se realizou este estudo.

Opta-se neste texto por dar a voz a protagonistas, aos autores e atores do que se pretendeu estudar. É a alguns dos que fizeram parte do GEBEI que vou dar espaço, recorrendo ao material das entrevistas⁷ que tive com João Cravinho (JC),⁸ Félix Ribeiro (FR),⁹ Lino Fernandes (LF),¹⁰ Manuel

⁶ Descrevo mais adiante a origem desta expressão e o significado que lhe atribuo.

⁷ Na secção 3 faço um uso extensivo destas entrevistas, que realizei no decurso do projeto de que resultou este texto, estando em discurso direto as palavras dos entrevistados, a quem deixo aqui o meu agradecimento. Nalguns caso cito Cravinho (2018).

⁸ João Cravinho (1936–) é engenheiro civil pelo Instituto Superior Técnico (1959), *Master of Arts (Economics)* pela Universidade de Yale (1969) e frequentou durante dois anos o Programa de Doutoramento (*D. Phil*) em Economia da Universidade de Oxford, que abandonou após o 25 de Abril. Iniciou a sua atividade profissional nos Serviços de Produtividade e Economia do Instituto Nacional de Investigação Industrial (INII), tendo transitado para o Secretariado Técnico da Presidência do Conselho (STPC). Foi Diretor-Geral do Planeamento da Indústria, membro da Comissão encarregada de negociar o primeiro Acordo Comercial entre Portugal e a CEE e fundador e diretor do Grupo de Estudos Básicos de Economia Industrial (GEBEI). Foi Ministro da Indústria e Tecnologia do IV governo provisório (1975), Deputado na Assembleia da República (1979–2007), representante de Portugal nas negociações preparatórias da Conferência de Ciência e Tecnologia da ONU (1979), tendo presidido à Delegação nacional a essa Conferência, Vice-Presidente do Parlamento Europeu e membro da sua Comissão de Assuntos Económicos e Monetários (1989–1994), Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território do XIII governo constitucional (1995–1994), membro do Conselho de Estado, Presidente do Centro Europeu de Empresas Públicas e de Interesse

Brandão Alves (MBA),¹¹ Adriano Pimpão (AP)¹² e José Amado da Silva (JAS).¹³ Mas quem serve de intermediário, isto é, quem interpreta as palavras e a trajetória, não vai sem bagagem. Leva-a e usa-a na reprodução que

Geral (2001–2005), administrador do Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (BERD) (2007–2011) e Presidente da Comissão Independente para a Descentralização criada pela Assembleia da República (2018–2019). Foi *Fellow* do Institute of Development Studies (IDS) da Universidade de Sussex e professor convidado do ISEG, do ISCTE e da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Em 2014, publicou *A Dívida Pública Portuguesa: O manifesto dos 74 e as propostas europeias para a reestruturação* (Lisboa: Lua de Papel).

⁹ José Manuel Félix Ribeiro (1948–) é licenciado em Economia pelo ISCEF (1971) e Doutorado em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (2012). Trabalhou no Grupo de Estudos Básicos de Economia Industrial (GEBEI) (1972–1986), na Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT) (1986–1994), no Departamento de Prospectiva e Planeamento (DPP) (1995–2006), de que foi Diretor de Serviços, tendo sido Subdiretor Geral e Assessor no Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais (DPP) (2007–2011). Em 2014, publicou *Portugal: A Economia de uma Nação Rebelde* (Lisboa: Guerra e Paz).

¹⁰ Lino Fernandes (1949–) é licenciado em Economia pelo ISCEF (1974). Iniciou a sua atividade profissional em 1972, no Grupo de Estudos Básicos de Economia Industrial (GEBEI), integrou o Serviço de Estudos e Planeamento da JNICT, desde a sua criação, em 1986, e presidiu à Agência de Inovação (1996–2002 e 2005–2012). De 1983 a 1996, foi Professor Convidado do ISCTE. Em 2014, publicou *Portugal 2015: uma segunda oportunidade? Inovação e desenvolvimento* (Lisboa, Gradiva).

¹¹ Manuel Brandão Alves (1944–) é licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto (1966) e doutorado pela Universidade Técnica de Lisboa (1987). Professor Catedrático de Economia do Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa, da qual foi também Presidente do Conselho Diretivo. Trabalhou no GEBEI entre 1977 e o seu encerramento. Foi Diretor-Geral do Ensino Superior, Presidente do Fundo de Apoio ao Estudante e Presidente da Associação Nacional de Direito ao Crédito. Faz parte do Grupo Economia e Sociedade. Em 2019, participou na publicação *Economia e Sociedade: pensar o futuro* com o texto “Sobre o conceito de desenvolvimento”.

¹² Adriano Pimpão (1948–) é licenciado em Finanças pelo ISCEF e Doutorado em Economia pela Universidade Técnica de Lisboa. Foi Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional do XIII governo constitucional, Reitor da Universidade do Algarve, Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas e membro da Comissão Independente para a Descentralização criada pela Assembleia da República (2018–2019).

¹³ José Manuel Amado da Silva (1944–), é licenciado em Engenharia Químico-Industrial pelo IST e Doutorado em Economia pela Universidade Católica Portuguesa. Foi Técnico Superior da Junta de Energia Nuclear (1968–1973), trabalhou no Grupo de Estudos Básicos de Economia Industrial (GEBEI) entre 1973 e 1980, foi diretor da Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa (1995–1996) e Presidente do Conselho de Administração da Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM). É Reitor da Universidade Autónoma de Lisboa.

aqui faz. Por isso, abro previamente a mala para deixar ver o que vai lá dentro e explicitar os meus pressupostos gerais. Antes, porém, faço uma breve nota sobre os percursos que trouxeram a economia portuguesa até ao início da década de 1970 e que foi a primeira matéria com que os estudiosos se confrontaram. Depois, proponho em cinco pontos o meu próprio esboço do retrato do GEBEI. Numa economia periférica que não se conhecia a si mesma e tinha chegado a um momento convulso, a criação deste grupo representou uma enorme diferença. O GEBEI assumiu uma identidade própria enquanto *adviser* da decisão política. Adotou uma “visão estrutural e sistémica” e, ao arripio do que domina na Economia, tomou a noção de heterogeneidade como central. Detenho-me nos temas que selecionou e no modo como construiu afinidades no plano internacional. Finalmente, registo o modo como o GEBEI acabou e o momento em que isso ocorreu. Foi quando o debate económico em Portugal revelou que outros vencedores emergiam, visto que a evolução das ideias não foi no passado, nem vai ser no futuro, linear.

Estudar o GEBEI era, por múltiplas razões,¹⁴ um ponto incontornável da minha agenda de investigação. Vou, no entanto, preocupar-me em mostrar que estudá-lo não é uma mera curiosidade pessoal. Tem, pelo contrário, um enorme campo referencial. E também não é estudar o efémero nem tratar de assuntos que a evolução paradigmática da Economia remeteu para o passado, por ter “normalizado” a ciência. A “conflitualidade interna das ciências sociais” e a visão pluralista com que se deve encarar a Economia nunca foi nem será sujeita a nenhum processo de convergência epistemológica e continua a resultar da tensão entre diversas visões metodológicas e epistemológicas, geralmente assente em problemas que voltam recorrentemente à baila por reconstituírem os campos de um universo plural. Por isso, a Economia e as ideias económicas não se discutem sem escolhas e não se relacionam sem tensões. Uma vez para revelar o próprio processo de escolha, outras vezes para apenas ilustrar como se exercem posições

¹⁴ O GEBEI não tinha ainda sido estudado e isso constituía uma falha que não podia persistir para se compreender a formação do conhecimento económico contemporâneo em Portugal. Estava, portanto, em causa uma questão de informação básica e de justiça cognitiva. Além disso, este foi um referencial decisivo para muita da investigação feita nas últimas décadas, incluindo a minha, e, finalmente, o reconhecimento do papel público de João Cravinho no Portugal destas últimas seis décadas, que é de enorme relevo, precisa da reconstituição deste momento fundador para ser devidamente apreciado.

dominantes, do centro para a periferia. O estudo do GEBEI confirma que a ideia de heterogeneidade, sendo boa para estudar as economias, é também para conhecer o interior do próprio pensamento económico.

1. Breve nota sobre a economia portuguesa nos inícios da década de 1970

A economia portuguesa de finais da década de 1960 revelava exuberantemente a sua condição de semiperiferia no sistema mundial: a persistência de um papel de intermediação colonial que chegou até ao desencadear de uma guerra, uma industrialização tardia protegida pelo condicionamento industrial, por salários reprimidos e por uma cumplicidade orgânica entre o regime e uma reduzida elite económica, a ausência de democracia económica e política, uma superestrutura tecno-burocrática dotada de alguma autonomia e que gerou um sistema de planeamento, um difícil equilíbrio entre os interesses das oligarquias internas que dominavam a economia e o Estado e a necessidade de recursos que só a internacionalização protagonizada por outras esferas, que não as dominantes,¹⁵ poderia garantir.

Estava-se num ciclo de crescimento a taxas elevadas (em média superiores a 6% ao ano), determinado pela acumulação de capital e por indústrias de base, mas incapaz de impulsionar a criação líquida de emprego e de desenvolver o mercado interno (entre 1960 e 1973 a população ativa terá caído 7% e o volume de mão-de-obra utilizada ainda mais, pois o número médio de horas por trabalhador terá sido reduzido). Por isso, exportou-se massivamente força de trabalho através de emigração. E houve quem compreendesse que, para se ser membro fundador da EFTA e alcançar um Acordo Comercial com o Mercado Comum, em 1972, a proteção de que o regime dependia, tanto a interna como a externa, pautal, ia ficando em causa.

Portugal, país da periferia geográfica, económica e social da Europa, confrontava-se assim com múltiplos dilemas e com a condição “intermédia” de uma economia que tinha dado apenas alguns passos de uma modernização incipiente. Sem, no entanto, ter realizado minimamente quaisquer das evoluções essenciais que se tinham já registado nas economias desenvolvidas

¹⁵ Refiro-me à chamada viragem exportadora através das indústrias ligeiras e de pequena dimensão e de um escasso tecido empresarial que não era o do capital dono das indústrias siderúrgica, química, cimenteira ou da construção naval.

em matéria de inclusão económica, social ou territorial. Por isso, o país era pobre, segmentado e excludente. Bem se sabe que o limite principal e mais drástico que o coagia resultava da ausência de democracia política, condição basilar para as outras formas de democracia, incluindo a social e a económica. Também por isso, a forma de relação com os capitalismos europeus em desenvolvimento era na condição de “fornecedor” de força de trabalho.

Conjugavam-se assim dimensões muito diferentes. Por um lado, uma intermediação dependente no quadro europeu, fornecendo recursos sob a forma de trabalho migrante. Por outro, uma tentativa de modernização interna, limitada, usando a capacidade de financiamento que se ia gerando para uma industrialização confinada aos setores mais poderosos da burguesia, em aliança com o Estado. Houve uma forte intensidade de capital mas sem efeitos multiplicadores no emprego e nas relações interindustriais dentro do sistema produtivo nacional. Por isso, as indústrias pesadas e básicas — siderurgia, metalúrgicas, química, cimentos — concentraram o esforço de investimento e de acumulação de capital. Isso distinguia-as de outros ramos industriais, que subsistiam sem modernização e capacidade produtiva. Os efeitos de tal industrialização repercutiram-se no entanto na infraestruturização do país, designadamente, na produção hidroelétrica, com o programa de construção de barragens. Já no final da ditadura, a indústria de construção e reparação naval significaria a busca de uma inserção na divisão internacional do trabalho através de um setor mais qualificado e da exportação de serviços internacionais.

As periferias económicas da Europa começavam, entretanto, a ser integradas no processo comunitário desencadeado com o Tratado de Roma, assinado em 1957. Aconteceu com a Irlanda, em 1973, e com a Grécia, em 1981. A adesão de Portugal e da Espanha, em 1986, consagraria esse processo, que depois teve múltiplos desenvolvimentos.

Alguns viam no que se passou na década de 1960 o início do «desenvolvimento português», achando que era possível abandonar a literatura que se dedicava a «explicar o atraso» (Amaral, 1998: 741). Pressupôs-se que nesta altura se estaria perante uma «realidade única na cena económica do pós-guerra», pois «um país pequeno e periférico», com uma «estrutura sociopolítica diferente da europeia típica», «cresceu fortemente e transformou a sua economia numa economia industrial moderna», sendo «considerado um dos melhores exemplos do crescimento da “idade de ouro” (*golden*

age) dos anos 50 e 60» (J. C. Neves, 1994: 1005–1006). Até se defende que o facto de as “turbulentas” décadas de 1930 e 1940 terem sido «governadas pela mesma estrutura institucional» (isto é, pelo salazarismo) «trouxe à economia portuguesa uma grande unidade de finalidade e consistência de orientação» (1994: 1006). O «último país industrial europeu», «a última nação industrial da Europa ocidental», aquela que só em 1963 viu o valor do produto industrial superar o da agricultura (Lains, 2003: 179),¹⁶ teve no pós-guerra em Portugal, sob o Estado Novo,

o período de mais forte crescimento económico registado em toda a História de Portugal, quase 30 anos de expansão ininterrupta, em que a economia não se limitou a acompanhar as mais desenvolvidas mas encurtou muito a distância em relação a elas. (Amaral, 2010: 23)

De cerca de um terço do PIB *per capita* «de um conjunto representativo de economias mais desenvolvidas» em 1950, «Portugal alcançou metade em 1973» (Amaral, 2010: 23). «Entre 1950 e 1973, Portugal apresentou das taxas de crescimento do PIB mais elevadas [...], tendo sido ultrapassado apenas pela Alemanha Ocidental e pela Espanha, provavelmente os países mais martirizados pelas guerras em que estiveram envolvidos» (Lains, 2003: 186).¹⁷

Mas é claro que merecia dúvidas que se estivesse perante um processo de “desenvolvimento” e perante uma “economia industrial moderna”. Estava em causa a dimensão absolutamente limitada dessa industrialização, os seus escassos efeitos na constituição de uma economia e de uma sociedade modernas, a sua concentração inicial na acumulação de capital, sem repercussões essenciais no emprego e no mercado do trabalho, sendo, por essas razões, incapaz de estruturar um processo de crescimento capaz, de tal forma que ele haveria de carecer de uma reorientação essencial durante este mesmo período. E sabia-se que sem democracia política não haveria possibilidade de democracia económica, sendo essas as bases

¹⁶ Com o «resultado curioso de em Portugal a indústria jamais ter sido o principal sector da economia» (Lains, 1994: 937), pois a aceleração industrial não bastou para ultrapassar o valor do produto dos serviços.

¹⁷ Noutro contexto, Lains tinha salientado que «o crescimento económico em Portugal até 1973, apesar de rápido [...], foi até meados da década de 1960 mais lento do que outros países pobres da periferia europeia, nomeadamente a Jugoslávia, a Grécia e também a parte meridional da Itália» (1994: 937).

essenciais da modernidade industrial desencadeada noutros capitalismos europeus, questão mais importante do que as ideias de “grande unidade de finalidade” e de “consistência de orientação”.

Por isso, José da Silva Lopes apontaria os limites deste crescimento e falaria da «perda de eficiência dos recursos produtivos» e da «protecção a posições monopolísticas e oligopolísticas e em desigualdades na repartição do rendimento» (Lopes, 1996: 17, 21). João Martins Pereira, no tempo concreto em que o debate se devia fazer, sabia que «se aproxima o dia em que a economia portuguesa se verá desamparada diante de uma Europa pouco dada a sentimentalismos» (Pereira, 1971: 40).

Portugal precisava, pois, de ser estudado e interpretado. Precisava, na verdade, de ser descoberto, sabendo que as proteções espúrias acabariam, que havia uma realidade a reconstituir e que se tinham de estabelecer nexos fundamentais, como o que liga produção e repartição, indústria e emprego, investimento e escolhas de especialização. E que, para isso, era preciso conhecimento, informação e instrumentos adequados. Estes são, pelo menos, alguns dos sentidos do surgimento do GEBEI. As ideias têm, de facto, os seus contextos.

2. A formação e a circulação das ideias económicas

Os trabalhos mais influentes sobre a circulação das ideias económicas têm-se dedicado sobretudo à análise da difusão dos campos que se tornam dominantes, segundo uma lógica de poder no quadro das relações centro-periferia (por exemplo, Fourcade, 2006, 2018; Backhouse, 2017). Tratam, portanto, de uma realidade incontornável. São, neste sentido, perspectivas excessivamente focadas. O que se analisa é a emergência, o domínio e a disseminação de um campo formado no centro, dando como garantida a assimilação progressiva do que possa ser diferente. A isto se junta a premissa de que a Economia pode ser definida como um campo único, unificado por uma metodologia universalista, «uma forma de *expertise* verdadeiramente generalista, definida por técnicas e processos epistemológicos próprios, mais do que pelas suas crenças acerca do modo como o mundo funciona» (Fourcade, 2018: 6), «um conhecimento centrado nos instrumentos, relativamente insensível às variações históricas e geográficas» (Fourcade, 2006: 160). As ideias sob análise são «desenvolvidas por uma comunidade comum e internacional» e correspondem à «transmissão de um *package* dos EUA para uma variedade de outros países»; «uma característica importante é

que tais ideias são desenvolvidas em vários países» e, por isso, «ideias centrais importantes perdem toda a identidade nacional» (Backhouse, 2017: 5–6, 12). Finalmente, assume-se que, para lá de unitário, o campo se torna um ponto de convergência, tendo o poder de «incorporar vagas de ideias e conceitos periféricos, antes rejeitados»; «o centro torna-se múltiplo e fragmentado, mas pode declarar legitimamente que o seu domínio se faz pela fragmentação, e não contra ela» (Fourcade, 2018: 5).

Marion Fourcade, cuja perspetiva globalista é tributária da ideia de que a transformação e a metamorfose, isto é, a destruição e a criação, são inexoráveis, interpreta a «institucionalização da Economia através do mundo» através da constituição, tanto no centro como na periferia, de uma «profissão global» de economistas (ou uma profissão de economistas globais). Por isso, o que propõe é uma «tipologia de mecanismos que podem acelerar a globalização das profissões» (Fourcade, 2006: 147), tendo por base o conceito de isomorfismo (mimético, coercivo ou normativo). São três os “canais” de difusão pelos quais os «mecanismos concorrenciais que empurram os desenvolvimentos profissionais na Economia estão a tomar lugar no plano global»:

1) através da mobilização de recursos internacionais, num processo de competição intelectual dentro da ciência económica — tanto no centro como na periferia, (2) através da internacionalização do processo de destruição criativa de jurisdições e (3) através do uso das arenas internacionais para expandir o controlo jurisdicional da Economia para outras profissões. (Fourcade, 2006: 180)

Uma profissão que age no contexto de *free-trade* de competências a que cria e expande jurisdições no plano internacional através da “destruição criativa”.

Esta perspetiva tem sido relativizada por trabalhos em que se assinala o pluralismo de certos períodos (Morgan e Rutherford, 1998; Fontaine, 2016). Haverá, no entanto, quem admita que eles representam uma identificação apenas retrospectiva. Hoje estaríamos perante a redução da variedade passada a uma perspetiva unitária, pelo que aquele interesse é o que é próprio dos estudos da história. Mas acontece que outros autores, alguns deles “insuspeitos”, disputam os pressupostos normativos que convidam à visão unitarista, sublinhando as razões axiomáticas da diversidade e do “ecletismo”. Robert Solow, por exemplo, encontra boas razões para se

distanciar de «uma doutrina monolítica que tem uma resposta para tudo, e a mesma resposta para tudo» (2018: 424). Essa proposta de não deixar que «um único sistema formal e geral» se sobreponha a um «mundo real [que é] orgânico e não governado por leis universais» é o «fundamento do pluralismo» e está associado ao que, seguindo Keynes, na sua biografia de Newton, tem sido designado por modo de pensamento “babilónico”, quer dizer, «um sistema aberto, sem axiomas, com diverso métodos e conclusões incertas» (Dow, 2003: 12, 14).¹⁸ Quer isto dizer que o aplanamento do chão da Economia e a sua redução a um único ponto só é compatível com uma visão normativa exterior à realidade substantiva, que se lhe sobrepõe em qualquer circunstância.

Mais difícil é a resolução do problema da espacialização destas questões no mapa do mundo quando se quer identificar situações nacionais ou, mais genericamente, comunidades intelectuais relevantes mesmo que já de escala internacional. Quer como metáfora geográfica, quer como metáfora de poder, o binómico centro-periferia é incontornável e útil. É-o na segunda aceção porque há fortes relações hierárquicas no universo das ideias económicas e das suas instituições e o mapa não é, de facto, plano. É-o ainda porque as comunidades de ideias que é possível identificar podem ser elas próprias periféricas ou centrais, independentemente da geografia. Há perspetivas críticas no centro, nas periferias e envolvendo centros e periferias, e há comunidades irredutivelmente centrais, isto é, dominantes. A aceção geográfica é incontornável quando se coloca o problema do poder de atração, disseminação e absorção do centro e quando, a partir de uma periferia, se pretende ver de que autonomia esta goza e que estratégias de relacionamento intelectual usa quando não “adere” ao centro e navega num mar de escolhas, em busca de afinidades. John Davis defende que a “distinção centro-periferia” é «reflexo do sistema de organização socioeconómica mais amplo» e, assumindo que subsiste uma tensão entre “ortodoxia” e “heterodoxia”, parece entender, apesar de *nuances*¹⁹ subsequentes, que a primeira corresponde ao

¹⁸ Foi neste mesmo sentido que Vítor Neves (2004) argumentou, sugerindo que uma “análise situacional” deve estar associada a modelos abertos de pensamento e de representação da realidade.

¹⁹ Embora discutível, pois John Davis parece ficar preso a uma certa determinação geográfica que não parece adequada, ao considerar que a “ortodoxia” é uma questão do centro e a “heterodoxia”, isto é, uma abordagem de economia política, um assunto da periferia: «Os economistas heterodoxos da periferia da Economia, qualquer que seja a sua localização no

centro e a segunda à periferia: «a Economia nos países desenvolvidos perdeu a sua identidade como Economia Política e as ideias e os conceitos associados a esta visão moveram-se para a periferia» (Davis, 2018: 10).

A minha convicção é que as questões de poder e de geografia económica são incontornáveis e que as relações entre campos de pensamento resultam de uma escolha prévia, sendo no quadro de uma comunidade epistémica concreta que têm de ser vistas. Não se está, portanto, perante um campo unitário de ideias económicas e uma *expertise* genérica e universalista para onde tudo converge. Sugiro, pelo contrário, que o que há é um “universo” das ideias económicas formado por uma pluralidade de “campos” epistemológicos autónomos, conflituais e não convergentes, em que alguns privilegiam a análise da vida material histórica e geograficamente situada, enquanto outros são insensíveis ao tempo e ao espaço, sendo também portadores de uma normatividade autossuficiente. Por simplificação distingo três campos, a que chamo “dominante”, “crítico” e “ecléctico”.

Esta ecologia compósita é hierárquica, quer dizer, as “posições” de cada campo são diferenciadas e correspondem a poderes, credenciações, rituais de legitimação e epistemologias, metodologias e linguagens distintas. Não entendo, pois, que a formação e circulação das ideias económicas ocorram num chão liso, igualitário, facilmente acessível pelas relações entre pares, podendo assim ser representadas como o espaço de uma única comunidade horizontal. Pelo contrário, há múltiplos planos, rugosos, dispersos e hierarquicamente distribuídos, indo para lá da simplificação que propus acima. Cada campo tem os seus “mecanismos de difusão”: o dominante e hierárquico age pela “assimilação” a partir dos centros e dos axiomas prévios do individualismo metodológico e da visão de que os atores coordenam as suas ações através dos incentivos do mercado, outros estruturam um contexto metodológico e epistemológico próprio e diferenciado a partir dos problemas que formulam substantivamente e de modo subdeterminado. A opção por cada campo consiste, em geral, no estabelecimento de “afinidades eletivas”.²⁰ Contudo, enquanto no primeiro campo

mundo, mantêm um entendimento da Economia como Economia Política e fazem usos de outras disciplinas das ciências sociais para a investigação e a explicação das questões do desenvolvimento nas economias em desenvolvimento e nas desenvolvidas» (2018: 15).

²⁰ As raízes do conceito são longínquas e encontram-se na alquimia medieval e na química moderna. Nas humanidades, o termo foi cunhado por Goethe como título da sua novela de 1809. Nas ciências sociais, foi Max Weber que o adotou para se referir à relação entre a ética

essa determinação só é acionada na escolha do campo, funcionando depois o “isomorfismo”, nos outros ela vale ainda dentro do próprio campo, contribuindo para o seu pluralismo. É aqui, e a meu ver só aqui, que faz sentido «a ideia de que a Economia é uma rede de conversações institucionalmente situadas» defendida por Vítor Neves (2017: 63).

As afinidades eletivas correspondem, portanto, e em primeiro lugar, a uma “escolha” relacional entre várias escolhas possíveis. Mas a uma escolha com diferentes razões: pode ser a uma adesão liminar, estabelecida à partida, a um campo com poder emergente e institucionalizado ou pode ser uma migração de um campo prévio; pode ser uma escolha num quadro de poder e assimilação; pode ser uma ação comandada por opções de divergência e dissensão relativamente ao campo dominante e determinada pela consciência da existência e da reprodução de um quadro plural e pluralista. Isto é, não reduzo as afinidades eletivas ao que se passa nos campos “crítico” ou “eclético”, considero que estão também presentes no “dominante”. Mas enquanto neste é o poder e o mimetismo institucionalizado que prevalecem, naqueles são as próprias afinidades eletivas que imperam (existindo também uma forma de mimetismo crítico). Suponho ainda que a espessura de cada campo é formada de modo diferente: é axiomática e universalista num caso, subdeterminada e referenciada historicamente no outro. Deve, contudo, sublinhar-se que esta discussão não tem que ver com uma hipotética distinção entre Economia teórica e Economia aplicada, pensando-se que aquela é necessariamente geral e universal e que só à segunda é que cabe uma adequação à diversidade. Não, é no próprio âmbito das escolhas teóricas que o debate se faz, as escolhas se estabelecem e as perspectivas se desenvolvem.

O GEBEI constitui um exemplo disto mesmo: relacionou-se intensamente no plano internacional, estabeleceu afinidades e elegeram-se a partir do que tinha como essencial para a visão que criou e que procurou aprofundar e que era própria de uma periferia e do quadro português naquele momento.

Ressalvando as questões idiossincráticas da economia portuguesa que não podem ser desligadas desta análise, o que se segue centra-se no que me parecem ser os pilares essenciais da construção da visão do GEBEI,

protestante e o espírito do capitalismo, o movimento religioso e o desenvolvimento da cultura material (Löwy: 2011).

sabendo-se que ela foi norteadada pela noção de que tem de haver uma base informacional que reconstitua a vida material em que se quer intervir e que ela é substantivamente formada, quer dizer, assenta na heterogeneidade e não admite o parcelamento dos problemas pois a produção “rebate-se” na repartição e o económico no social e no político.

3. Cinco tópicos para uma história e uma análise do GEBEI

A atividade do GEBEI foi intensa, assentou em vários pilares, relacionou-se com a conjuntura do fim da ditadura e com as transformações desencadeadas pela revolução democrática do 25 de Abril e terminou quando a integração na CEE estava a concretizar-se. Já se sabe que se está perante uma estrutura dotada de especificidades dentro da administração pública e que, por isso mesmo, desenvolveu uma identidade própria. Pressuponho que é possível reconstituir tudo isto em pouco tópicos. Proponho cinco, para salientar o papel que representou relativamente à decisão política, para enfatizar os dilemas e os condicionalismos da economia nesses diferentes momentos, para mostrar o empenho que mais o definiu, e que foi criar informação sobre o país e apreciá-lo substantivamente, para deixar claro que prosseguiu sempre uma visão estrutural e sistémica e, enfim, para mostrar como foi intenso e diversificado o seu relacionamento internacional.

A finalidade do GEBEI estava de certa forma definida pelo seu processo de constituição, pela autonomia de que “os estudos” foram dotados dentro da Secretaria de Estado da Indústria e por uma convicção muito forte acerca do défice de conhecimento que era preciso superar. Era claro que não se tratava de prefigurar um modelo de economia trazido já formatado nem de lhe sobrepor um *corpus* teórico exógeno que a sobredeterminasse. Esta identidade revela-se sucessivamente, em períodos posteriores, e persistia ainda no início da década de 1980, quando estão em cima da mesa questões cruciais da economia portuguesa, como uma especialização industrial que era preciso debater desenvolvendo estudos comparativos, se falava de uma “terceira revolução industrial” e era preciso saber o que era mais relevante no quadro mundial, seguindo lógicas prospetivas. Fora do GEBEI, na academia, na investigação e nos projetos de formação de muitos economistas, este ambiente e esta forma de ver eram partilhados de várias formas.

3.1. O “ecossistema de planeamento” e o surgimento de um *adviser* da decisão política: a identidade do GEBEI

Neste primeiro ponto de análise relembra-se o quadro institucional relacionado com a economia que existia em Portugal no momento da criação do GEBEI. Vale a pena ter presente que este foi, ao ser criado, uma instância de estudo, investigação e elaboração do problema económico do país dentro da administração pública. Surgiu como uma identidade muito própria e com uma finalidade precisa, diferenciou-se significativamente do que existia, mas não surgiu do nada.

«O primeiro fator crítico que deu sentido à criação do GEBEI no início dos anos 70 foi o desenvolvimento na década anterior de um ecossistema político e administrativo do planeamento em Portugal bastante extenso e proactivo» (Cravinho, 2018: 93).

De facto, tinha-se estabelecido desde o início da década de 1950 uma esfera da administração pública que visava coordenar e programar a ação do Estado em matéria económica. Inicialmente de forma incipiente, pois, por exemplo, o I Plano de Fomento (1953–1958) «não foi mais do que uma lista *ad hoc* de projetos» (JC), o sistema de planeamento foi-se adensando e ganhando alguma autonomia. É aí, nessa tendência e nos seus dilemas, que tem de ser inserido o GEBEI.

O ecossistema de planeamento avançou muito e ganhou considerável influência em menos de uma década. Sobretudo a partir da crise de orientação da política económica que se saldou pela sua decisiva afirmação na preparação do Plano Intercalar de Fomento (1965–1967). (JC)

Aquele ambiente gerou novos protagonistas e viabilizou uma compreensão da economia portuguesa diferente da que até então dominava.

Com o III Plano de Fomento [1968–1973], consagrou-se o poder e influência dos economistas, como Francisco Pereira de Moura, Jacinto Nunes, Teixeira Pinto, João Salgueiro, Manuela Silva, já com explicações sociais, das quais Marcelo Caetano gostava moderadamente. (JC)

Estes exercícios de planeamento e os estudos setoriais²¹ que os foram acompanhando originaram um conhecimento fraturante que não podia

²¹ Na indústria, foi relevante o papel do Instituto de Investigação Industrial, dirigido pelo Eng. António Magalhães Ramalho (1907–1972), onde havia uma Divisão de Produtividade e

deixar de ter consequências interpretativas que convulsionavam o debate, mesmo que apenas de forma implícita e subliminar. Tornava-se necessário um exercício de aprofundamento da informação e a construção de uma perspetiva subdeterminada pela aproximação à vida material do país e havia quem dispusesse de conhecimento e convicções para isso.

O lançamento do GEBEI visava introduzir nesse ecossistema um novo recurso de perfil técnico mais elevado e orientado para o apoio consultivo à decisão político-administrativa bem como para o municiamento do debate aberto e tecnicamente fundamentado das políticas estruturais do desenvolvimento industrial. (Cravinho, 2018: 96)

Quem pensou, pôs em marcha e deu conteúdo ao GEBEI foi João Cravinho. Quem o viabilizou politicamente foi Rogério Martins, Secretário de Estado da Indústria do primeiro governo de Marcelo Caetano. É bem claro que, perante o quadro formal de organização das estruturas administrativas de planeamento numa situação política em que só intersticialmente podia haver inovações significativas, o GEBEI tinha de ser uma entidade que levasse ao extremo a informalidade possível e que tinha, ela própria, de se resguardar numa identidade própria.

Há quase 50 anos, a criação do GEBEI no âmbito da Secretaria de Estado da Indústria foi uma tentativa inusitadamente singular de pôr à disposição dos decisores políticos e da Administração Pública um conjunto de investigações e de instrumentos quantitativos destinados a preparar e avaliar políticas públicas do ponto de vista económico numa perspetiva estrutural sistémica. (Cravinho, 2018: 93)

O GEBEI não foi concebido como uma célula da orgânica de planeamento. Era visto como um *think-tank* às ordens dos titulares de soberania. Rogério Martins aceitou que, enquanto instituição, se enquadrasse formalmente na administração como *adviser*, com o objetivo de desenvolver e apoiar o debate “público”. Em primeiro lugar, proporcionando-o dentro da própria administração e, em segundo lugar, nas universidades e no espaço público. Rogério Martins também sentia que o debate público em Portugal era muito pouco informado. (JC)

Gestão e onde se fazia sentir a influência das missões da Agência Europeia de Produtividade, da OCDE.

Em conclusão: na base do aparecimento do GEBEI está a convergência de dois factores críticos essenciais, um institucional, o desenvolvimento de um extenso e pró-activo ecossistema de planeamento e outro político, a visão e a vontade de um governante [Rogério Martins]. (Cravinho, 2018: 96)

A natureza informal e tática do surgimento do GEBEI tem várias exemplificações. Por isso, indo à proximidade mais imediata, vale a pena recordar que, à época, os ministérios começaram a ter gabinetes de planeamento relevantes. Isso mesmo acontecia na indústria e foi a partir dessa estrutura que se deu a evolução.

Dentro do gabinete de planeamento, de que era Diretor-Geral o Eng. Cravinho, havia a parte dos estudos. Quando os secretários de Estado da ala liberal viram que a sua presença política no governo não estava a correr bem e se demitiram, os “estudos”, que começaram com Rogério Martins, autonomizaram-se e deram o GEBEI. (AP)

O GEBEI foi o herdeiro do Gabinete de Planeamento da Secretaria de Estado da Indústria e o Eng. Cravinho quis autonomizar uma unidade de investigação que estivesse inserida dentro do ministério mas que tivesse maior capacidade de estudar coisas com maior liberdade. (FR)

3.2. Uma economia sujeita a novos condicionalismos e a precisar de superar impasses: Portugal nas décadas de 1970 e 1980

Importa agora refletir um pouco sobre as circunstâncias materiais e contextuais da economia portuguesa relacionáveis com o papel do GEBEI. Aquilo que pode caracterizar esta economia de finais da década de 1960 já foi referido anteriormente: era uma semiperiferia no sistema mundial ainda com um papel colonial; conheceu um crescimento elevado e uma industrialização tardia, muito protegida, sem democracia e com uma forte insularidade dos setores da indústria pesada relativamente ao resto da economia e à sociedade; não criava emprego nem aumentava a população; relacionava-se com o quadro europeu através da emigração, mais do que pelos mercados de bens e serviços ou de capitais; apresentava um difícil equilíbrio entre os interesses das oligarquias internas que dominavam a economia e o Estado.

Embora tudo isto tenha formado uma “continuidade pesada” (Reis, 2019) que, na verdade, atravessou toda a década de 1960 e chegou mesmo à revolução democrática de 25 de Abril, houve problemas que se foram

adensando e impasses que foram surgindo. Tudo começava no protecionismo. Tornava-se claro que a pertença à EFTA, de que Portugal foi membro fundador em 1961, assim como o acordo comercial que se negociava com o Mercado Comum, e que foi celebrado em 1972, punham em causa as bases em que o regime e a sua economia assentavam e em particular a proteção pautal de que dependiam, tanto a interna como a externa.

O Acordo iria mudar muito a estrutura da economia, [cujo] processo regulatório assentava em duas peças fundamentais: o condicionamento industrial e os salários. (JC)

A primeira tarefa que nós tivemos, dada pelo Eng. Cravinho, foi avaliar as políticas de apoio à industrialização que tinham sido seguidas pelo regime até então: o condicionamento industrial, os sistemas de incentivos no sentido da participação do Estado em empresas, a proteção efetiva à economia portuguesa ao longo do tempo através do regime aduaneiro. (FR)

Ao mesmo tempo, era claro que o financiamento dos grandes projetos, para o qual a presença estatal tinha sido sempre decisiva, deixava de ter as condições até aí comuns. O apoio público ao tipo de industrialização seguido fazia-se pela proteção e pelo financiamento, mobilizando designadamente as instituições de previdência, então em formação e que, por isso, dispunham de mais recursos do que de obrigações. Mas o Estado começava a precisar de meios para outros fins, principalmente para custear a guerra colonial. Por tal razão, «a previdência vai passar a comprar dívida pública para financiar a guerra» (FR).

Além disso, a necessidade de abertura para a entrada de capitais estrangeiros torna-se também ponto relevante da agenda, assim como emergem novos setores industriais, objeto de disputa entre grupos nacionais e a carecerem de alianças com a banca (que conhece enorme dinamismo com o afluxo de remessas dos emigrantes) para aceder ao crédito externo. Emergiam Sines e a petroquímica, em vez da eletrificação sonhada e realizada por Ferreira Dias, a construção e reparação naval, a indústria automóvel.

Tudo isto dependia e correspondia a um quadro institucional que se pretendia mudar e a um conjunto de laços materiais com que se queria colocar no terreno alterações muito significativas.

A eletrificação nacional, o desenvolvimento da ferrovia e do setor elétrico era tudo baseado nas hidroelétricas e na autarcia, e Teixeira Pinto²² muda completamente e põe fuelóleo em termoelétricas, que são muito menos capital intensivas; a comida do povo deixa de ser o bacalhau e passa a ser o frango e o frango é pecuária sem terra, é milho e soja importada. (FR)

É neste contexto que, já no final da década de 1960, surge a figura de Rogério Martins, Secretário de Estado da Indústria. Ele representou no contexto governamental da época a tentativa de alteração de um quadro pesado, o que carecia de voluntarismo mas também de ação sistemática. E, evidentemente, de uma orientação substantiva e política.

A nova política industrial [de Rogério Martins] tinha três grandes componentes: a revisão do condicionamento industrial; a abertura de setores que até então eram objeto de condicionamento e que passaram a ser livres; uma vaga de investimento em setores que há muito eram disputados pelos grupos industriais portugueses e financeiros — a celulose, as cervejas, os adubos, a refinação de petróleo, tudo isso. O GEBEI nasce a meio disto, quando isto está já em curso, estes trabalhos todos orientados para a nova política industrial. (FR)

Mais tarde, já depois do 25 de Abril, a questão era saber como se podiam seguir outros caminhos. Discutia-se, por exemplo, como desenvolver «um setor de bens de equipamento, com capacidade para produzir máquinas, [sabendo-se que] isso seria feito à volta daquilo que nós fôssemos capazes de fazer noutros setores» (FR).

No entanto, tornava-se claro que o quadro em que a economia passaria rapidamente a funcionar ia ter acelerações muito fortes. Houve as urgências a que o 25 de Abril deu resposta pronta, criando emprego, construindo soluções sociais estruturadas e juntando as condições que proporcionariam um ciclo de crescimento tão significativo como o que depois ocorreria com a integração europeia. E houve o caminhar rápido — demasiado rápido? — para as circunstâncias em que passaram a prevalecer mais os propósitos de encarar o país como uma “pequena economia aberta” do que para o pensar de forma “estrutural e sistémica”, identificando o que internamente poderia assegurar uma transformação substantiva. Na ver-

²² Luís Teixeira Pinto (1927–2012) foi Ministro da Economia entre 1962 e 1965, substituindo nessas funções José Ferreira Dias Júnior. Até 1964, acumulou o cargo com o de Secretário de Estado da Indústria.

dade, os tempos iniciais do GEBEI ficariam velozmente distantes daqueles em que acabaria.

3.3. Criar informação e compreender substantivamente a economia portuguesa: a identidade do GEBEI

Foram muitas as razões que determinaram a construção e desenvolvimento de um programa de trabalhos próximo de uma realidade substantiva que se pretendia identificar devidamente, criando informação que auxiliasse as políticas. Tanto era necessário convocar os saberes específicos da economia, sabendo que eles incluem visões rivais de outros, como outros saberes, formados noutras profissões, todos unificados pelo objeto de estudo.

Produziu-se uma espécie de radiografia do país. Passei meses no norte do país a visitar fábricas. Eram intervenções [que] assumiam frequentemente um carácter interdisciplinar e transversal nunca antes experimentado pela Administração Pública nacional e escolhiam influências entre as melhores experiências internacionais. [Era uma] investigação aplicada em economia e gestão [que permitiu] perceber realidades muito importantes. Em primeiro lugar, o que era o mercado ou o conceito de mercado naquelas circunstâncias. Em segundo lugar, qual era a capacidade de decisão própria de interesses articulados com a administração. Em terceiro lugar, o rebatimento social de tudo isto. (JC)

Construir e, sobretudo, desenvolver uma agenda destas não contava apenas com os condicionalismos inerentes aos circunstancialismos da administração pública e da política. Havia, evidentemente, o viés das ideias.

Há uma visão da Economia que se traduziu na ideia de que a Microeconomia é que conta. O resto faz-se a partir desse pressuposto. E isso tornou-se dominante. Tem que ver com a sofisticação dos modelos, não tem que ver propriamente com a adesão à realidade. Nós éramos uma geração — pelo menos a minha geração — em que a Economia era uma ciência social. (LR)

A estratégia argumentativa e as ações de persuasão tinham que ser robustas e, em certo sentido, irrecusáveis.

O que ali se preparava tinha robustez, claro. Mas depois também era necessário mostrar que era indispensável para a realização de quaisquer exercícios do planeamento. O Eng. Cravinho queria que as várias instâncias do planeamento sentissem que o GEBEI lhes era indispensável. (MBA)

Aquela identidade seria mais do que uma mera salvaguarda. Um grupo de estudos, com tarefas anteriores à própria decisão política e às suas formalizações, encontrava razão de ser naquilo que faltava e era preciso fazer em ambiente próprio e certamente singular — conhecer a economia, dispor de informação, assegurar uma interpretação global, estrutural e sintética de uma economia e de um país que, na verdade, se desconhecia e, portanto, se ficcionava. Ontem como hoje, o “problema económico” não era uma questão disciplinar ou previamente formulada em termos exteriores, abstratos e radicalmente normativos, como haveria de ser mais tarde.

O que me interessava realmente era o fundamento da preparação da decisão. O problema chave era a base informacional das decisões. (JC)

Por junto vinha a perspetiva interdisciplinar:

Uma unidade desta natureza não podia ser composta apenas por economistas, apenas por engenheiros ou por matemáticos. Todos eram necessários. (JC)

O GEBEI era uma equipa relativamente pequena, mas que abarcou muitas áreas, muitas áreas... Era um grande avanço em relação ao que se fazia em Economia em Portugal. Era uma Economia muito descritiva, não tinha muita sofisticação em termos de planeamento. João Cravinho trouxe para o GEBEI o instrumental todo mais moderno de Economia. A matriz, no fundo, era a base fundamental porque tinha séries coerentes. (LF)

Ao contrário da microeconomia, dos grandes projetos ou da economia centrada na racionalidade individual, interessavam as inter-relações:

a ideia que houve desde o princípio no GEBEI foi fornecer um conjunto de dados organizados em termos de produtos, que eram periodicamente atualizados, sobre a estrutura e a dinâmica da economia portuguesa, daí as matrizes de relações interindustriais terem sido, desde o início, um pilar fundamental em torno do qual se organizou uma parte da equipa do GEBEI. A ideia do Engenheiro Cravinho era fornecer uma análise, compreender a estrutura da economia portuguesa e para isso havia os métodos quantitativos, havia as matrizes de relações industriais. (FR)

Pela primeira vez pôde pegar-se nas empresas uma a uma e começar a trabalhá-las cruzando dados e bases de dados, que era uma coisa que não havia, ninguém sabia. No GEBEI sabia-se quem eram as empresas e tivemos opor-

tunidade de trabalhar de uma outra forma, baseada em dados. Trabalhámos com montes de informação. Era uma abordagem mais descritiva mas muito fundamentada em hipóteses procuradas nos estudos da história: percebia-se que o Grupo CUF tem uma evolução que não é a mesma do grupo Quina. Não é indiferente a gente fazer Economia estando a olhar para os agentes. (FR)

A ideia que houve desde o princípio no GEBEI, tanto quanto eu pude perceber, foi fornecer um conjunto de dados organizados em termos de produtos, que eram periodicamente atualizados, sobre a estrutura e a dinâmica da economia portuguesa, daí as matrizes de relações interindustriais terem sido, desde o início, um pilar fundamental em torno do qual se organizou uma parte da equipa do GEBEI. (FR)

Com a base e a visão de que se dispunha, outras “declinações” ou especificações teriam de surgir, reforçando a complexidade e a interdisciplinaridade, e prosseguindo no objetivo de conhecer as diferentes dimensões da nossa economia.

Nós tínhamos o detalhe, fizemos entrevistas com várias empresas: bens de equipamento, química pesada, siderurgia, têxteis... A estratégia podia desmultiplicar-se em bens. Estudámos o que podia acontecer à economia portuguesa. Como é que se pode posicionar no que pode acontecer, definir a margem de diferença. Trabalhámos sobre a microeletrónica e a terceira revolução industrial, como é que Portugal podia apanhar isso. Fizemos os estudos sobre a especialização portuguesa. Depois fizemos foi um outro trabalho completamente diferente que foi um trabalho sobre Portugal nas suas regiões e como é que a industrialização se casou de maneira diferente com o mundo da agricultura e deu origem a tecidos industriais completamente diferentes ao norte e ao sul. (FR)

Este vínculo aos problemas, aos debates e à produção de informação é intertemporal na vida do GEBEI. O mesmo acontece quando já caminha para o fim, na década de 1980, quando, em vista de todas as mudanças ocorridas, se tratava de saber a que é que o lugar do país no mundo estaria sujeito.

Então, era conhecer as grandes tendências, como é que ia haver investimento no mundo e em que sítios é que Portugal, com a política industrial que estava a ser seguida podia inserir-se e que impactos é que isso tinha no

investimento; tratava-se de fazer um estudo, de futuro, onde é que vai haver investimento na economia portuguesa nos próximos 5/6 anos, pelo menos, e que tipo de bens de equipamento é que isso vai originar. Ou estudar a micro-eletrónica e a terceira revolução industrial e como é que Portugal podia apañar isso. (FR)

3.4. “Uma visão estrutural e sistémica”: o problema da heterogeneidade e o objetivo da industrialização nos trabalhos do GEBEI

Já se sabe que são muitas as circunstâncias impulsionadoras que deram origem ao GEBEI. Momentos fortuitos, como a presença pouco mais do que fugaz de Rogério Martins no governo de Marcelo Caetano, um contexto já longo, como o que foi criado pela “ecologia de planeamento” da época, uma convulsão indisfarçável e não resolvida no conjunto da economia e, sobretudo, no país. Mas também os limites de um tempo preciso. Estamos antes da revolução democrática. A atenção às estruturas era um programa, mas também um sinal dos tempos.

Não me interessava muito pela conjuntura. Porque parti do princípio de que a liberdade para pensar era muito limitada. O que me interessava eram as transformações estruturais, o planeamento de médio e longo prazo, o investimento e a produtividade, enquanto referencial para avaliar o sucesso das políticas. A questão fundamental era a transformação estrutural. Preparar e avaliar políticas públicas do ponto de vista económico numa perspetiva estrutural sistémica. (FR)

Fazia-se economia industrial, estudava-se as indústrias, as questões de base e havia, obviamente, a preocupação da integração, através da matriz das relações interindustriais. Essa era a grande produção de todo o GEBEI, com uma publicação específica. Era uma matriz de relações interindustriais que hoje não temos. Fazia-se essa matriz, fazia-se a das importações, a das exportações nacionais. (JAS)

A questão não é apenas metodológica. Está para lá da aproximação escolhida ou da representação formal. Tratava-se de desencadear um processo, quer dizer, de estabelecer os termos de uma economia política.

Do ponto de vista estrutural, o processo de produção deve ser encarado conjuntamente com a distribuição. A questão derradeira consistia em compreender o processo de formação e distribuição do rendimento. (JC)

Havia uma estrutura de pensamento. Falava-se da estrutura, do comportamento e dos resultados e acrescentava-se duas coisas essenciais — as chamadas condições básicas que dão a estrutura de contexto, e, depois, as políticas públicas. Nesta lógica de economia industrial, além de analisarmos estruturas de mercados — e a lógica de *input-output* ia muito nesse sentido — levantávamos informação de base para que depois se pudesse fazer economia aplicada. (JAS)

Por mais densos que fossem os temas ou os contextos intelectuais partilhados, por mais que a formalização quantitativa fosse necessária naqueles períodos de carência de informação, havia uma “irredutibilidade”: estava a estudar-se e a procurar conhecer-se uma economia singular, a portuguesa, com todos as suas características. Ela impunha-se como coisa prática, mas a tarefa era ajudada pela vitalidade da teoria, sobretudo quando a seleção era a adequada.

Além disto, havia um problema essencial que a teoria e a prática da época arrasavam por completo: o problema da heterogeneidade. Por exemplo, a identificação da empresa média representativa de um setor. Nos têxteis, aprendi que não existem empresas médias. Foi uma das coisas que aprendi bem nos têxteis. Se fizer um gráfico para representar a empresa média verifica que não está lá nenhuma. Contudo, isto não me preocupava. O que interessa são as distribuições e os atributos; as estratificações segundo as características e os atributos. De igual modo, o que interessa são os *clusters*, os sistemas. De facto, a ideia de heterogeneidade é muito importante. (JC)

Por isso, o problema inicial, sendo também o mais determinante, precisava de declinações sucessivas, novas escalas de análise e representações mais finas da estrutura da economia e, já agora, da sociedade.

O desenvolvimento industrial ocupava o lugar central da estratégia de desenvolvimento nacional. Se estávamos a trabalhar em matrizes nacionais, era oportuno que se trabalhasse também em matrizes regionais. (MBA)

E, evidentemente, havia um ponto culminante que era de nível institucional.

Havia várias áreas com pessoas diferentes que se ocupavam mais do quadro institucional com que a economia portuguesa trabalhava e que, no fundo,

tinha muito que ver depois mais tarde com as orientações quer para a regulação, quer para, digamos assim, o enquadramento institucional do desenvolvimento. (FR)

A amplitude dos temas era grande, sendo certo que a motivação essencial de interpretar e conhecer as questões de base nunca foi perdida. Vejam-se alguns exemplos dos trabalhos que foi produzindo:²³ “Consumo de combustíveis na indústria transformadora”, de 1973 (Lopes Matias), “Consumo de combustíveis por ramo industrial: 1972/3”, 1973 (GEBEI), “Estruturas financeiras da indústria: 1968–1972”, de 1975 (Álvaro Martins), “Economia industrial: comentários aos inquéritos de investimento”, de 1975 (GEBEI), “Níveis tecnológicos na indústria têxtil algodoeira portuguesa”, de 1976 (Roger Haour), “O capital fixo na indústria transformadora portuguesa (1947–1974): medida e análise do seu crescimento, estrutura e contributo para a produção”, de 1977 (Vasco Oliveira e Aníbal Santos), “Sistema de matrizes multi-sectoriais para o Continente Português, 1974–1978 (Estudos Input-Output)” e “O sector exportador português e a internacionalização da produção”, ambos de 1977 (Eduardo Ferro Rodrigues, José Félix Ribeiro e Lino Gomes Fernandes), “Planeamento industrial e decisões de investimento: aplicação ao sector petroquímico”, de 1979 (Amado Silva e Aníbal Santos), “Dimensão e competitividade da indústria portuguesa face à CEE”, de 1985 (Aníbal Santos), “A especialização de Portugal em questão: um estudo”, de 1985 (Eduardo Ferro Rodrigues, José Félix Ribeiro e Lino Gomes Fernandes). Se se admitir, como sugeri, que a economia portuguesa haveria, mais tarde, de entrar num «excesso de desindustrialização e de terciarização» (Reis, 2018: 18), compreende-se que esta perspetiva

²³ Os trabalhos que se indicam são apenas ilustrativos, não cabendo aqui uma apreciação sistemática. A descrição mais autorizada do programa do GEBEI está em Cravinho (2018: 98–103), que considerou as seguintes categorias: construção de sistemas de matrizes, segundo diversas óticas; elaboração de modelos de apoio à decisão (modelo multisetorial de programação linear, modelo regional-nacional, modelos de oferta e procura de energia, modelos de programação linear de investimento e exploração em indústrias pesadas de processo, modelo econométrico de impacto macroeconómico, modelos de análise multicritério), outros estudos quantitativos (funções de consumo, *stock* de capital, estruturas financeiras das empresas, proteção efetiva tarifária, inquéritos de conjuntura, critérios simplificados de investimento); especialização da indústria portuguesa; organização industrial e regulação e base de dados de empresas industriais a nível micro. Acrescentou a esta lista a colaboração com a Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, onde o GEBEI foi responsável por uma das disciplinas do 4º ano do primeiro curso.

estrutural e sistémica que se interessava pela capacidade produtiva tinha sido depois substituída por outras visões e objetivos.

Aquela centralidade da indústria e do seu papel nas economias capitalistas modernas não dispensava, dada a forma como era encarada, os elementos contextuais. Na verdade, a perspetiva era de economia política e não apenas setorial, isto é, interessava-se pelo conjunto das deliberações, pelas relações a estabelecer e pelas finalidades das ações. Daí que se encontrem trabalhos noutros domínios: “Funções de consumo para Portugal: uma análise sobre orçamentos familiares”, de 1976 (Aníbal Santos), “Developing investment programming systems”, de 1976 (João Cravinho), “Contas de rendimento de famílias no continente, distritos, sub-regiões e regiões”, de 1977 (GEBEI), “O consumo privado em Portugal: modelos e projecções”, de 1979 (Vasco Oliveira e Aníbal Santos), “Perfis dos consumos domésticos de energia”, de 1981 (GEBEI), “Projectos matrizes regionais intersectoriais: estrutura regional das despesas dos serviços de Educação e Saúde em 1977”, 1983 (GEBEI), “Séries regionalizadas do produto, remunerações e excedente para 1977 e 1979 e do emprego para 1977”, de 1983 (Francisco Cordovil), “Séries de stocks de capital regional (1971–80)”, de 1984 (Carlos Figueiredo), “O reordenamento espacial da economia portuguesa nos anos 70 e perspectivas actuais”, de 1985 (António Natalino Martins).

Já se sabe qual era a finalidade maior: identificar as questões mais estruturais da economia portuguesa, produzir informação de base sobre elas e sobre as suas inter-relações e, como *adviser*, sugerir políticas. Também já se notou que esses temas, tendo sido muitos, foram evoluindo. Um dos traços de tal evolução é, porventura, o que mostra a passagem de uma economia fechada, condicionada por uma férrea armadura interna, para uma economia mais aberta, que, por várias razões, a maior das quais a democracia, se reposiciona no mundo e, muito particularmente, na Europa. Mas o que é importante sublinhar é que subsiste uma questão que é intrínseca ao GEBEI e ao seu contexto: assume-se sempre que há determinações de que o país pode ser protagonista e que estas têm que ver com a sua condição estrutural, com a vida material que se pretende organizar e com as suas escolas.

3.5. O relacionamento internacional e a circulação de ideias: as “afinidades eletivas”

O instrumental teórico e analítico para a compreensão da economia é diverso e é interdisciplinar. Não preexiste aos problemas. Forma-se em vista

deles e a compreensão que se vai acumulando é desenvolvida em função do que a vida suscita. Mas a escolha não é ocasional ou errática. Corresponde a prioridades e estabelece-se segundo uma problemática. Pode também desencadear-se uma trajetória sequencial, pois há “fertilizações cruzadas” entre as técnicas ou instrumentos usados, o conhecimento que vai sendo produzido e aquilo com que nos confrontamos. Num campo aberto, não sujeito a sujeições hierárquicas nem a determinações conceptuais prévias, há, portanto, escolhas — “escolhas eletivas”. O GEBEI selecionou os seus problemas, definiu prioridades e fez escolhas. Foram escolhas diversificadas e complementares. Nalguns casos, procuraram-se ligações institucionais, noutros, o caminho fazia-se junto de personalidades académicas e de contributos inovadores.

O início e as primeiras bases de relacionamento são fáceis de identificar e correspondem aos contactos que a pertença ao Estado e à administração pública pode, com mais facilidades, desencadear.

O GEBEI teve, desde a origem, um bom relacionamento internacional, que se agenciava através da OCDE. O GEBEI foi um bom “cliente” da OCDE, que tinha um programa de assistência técnica a Portugal: pagava as viagens, contratava os consultores, etc. Numa certa fase também tivemos boas relações com o Banco Mundial. Portugal ainda não era considerado um país desenvolvido, pois só o viria a ser depois da adesão à CEE. Estava por isso sob alçada, digamos assim, do Banco Mundial. Tínhamos uma boa ligação ao departamento de investigação. (JC)

Mas também é claro que o adensamento da inserção internacional vai envolver múltiplas instâncias e várias lógicas de trabalho, incluindo as mais individualizadas.

No caso das ligações internacionais resultantes de escolhas pessoais, indicava-se a pessoa e não tanto a área. Por exemplo, estiveram cá: Richard Eckaus, do MIT,²⁴ Bela Balassa, do Banco Mundial, e outros especialistas do departamento de investigação do Banco Mundial ligados à programação matemática de modelos industriais e de seleção de investimentos. (JC)

²⁴ Richard Eckaus (1926–), Professor Emérito do MIT, recebeu em 2006 a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique atribuída pela República Portuguesa.

Os contactos eram múltiplos e passaram a envolver aqueles que iam constituindo a equipa do GEBEI, tornando claro que o programa de trabalhos se desenvolvia colegialmente

Jean Paelinck, focado nas questões regionais, e Raymond Courbis vieram por intermédio de Brandão Alves. Por outro lado, elementos do GEBEI iam para vários centros através de um programa de intercâmbio da OCDE. Quem realmente foi importante neste processo foi um professor na Universidade de Frankfurt, Gerard Gherig, responsável por um sistema de construção de matrizes em computador. (JC)

Nestas ligações contam os percursos universitários e de investigação, em vários planos e segundo relações de diversos tipos, tal como contavam as relações formais de nível institucional.

Courbis²⁵ tinha sido meu colega no curso de doutoramento em Paris. Conhecemo-nos pessoalmente nesta altura, ficou-me aquela referência e depois começaram os trabalhos de preparação do modelo nacional-regional. Entretanto, Courbis já dirigia um grupo de investigação que se chamava GAMA [Groupe d'Analyse Macroéconomique Appliquée] e destacou pessoas para virem com alguma periodicidade acompanhar os nossos trabalhos para vermos quais eram as variáveis que deveriam ser tratadas, as séries de *stock* de capitais, as séries de investimento, as séries de consumo, por aí fora. E chegámos a montar uma versão experimental. (MBA)

É desnecessário sublinhar que o percurso intelectual de João Cravinho, as suas opções e as suas intuições foram fundadoras. Isso começou cedo, quando estive em França, e, depois, nos Estados Unidos e em Inglaterra. Há, pois, um autor claro. E a matriz era ampla: «O Engenheiro Cravinho tinha realmente uma agenda internacional bastante larga. Ele fazia o *networking*» (LF).

Quando eu estive em Yale, o Scitovsky [Tibor, 1910–2002] referia-se muito à questão tarifária e à proteção efetiva, na lógica de interpretação dos jogos de interesses. Tomei também contacto com os dois grandes teóricos da proteção

²⁵ Raymond Courbis (1937–) haveria de vir a ser Doutor *Honoris Causa* pela Universidade Técnica de Lisboa, em 1991, quando já era Professor Emérito de Economia da Universidade de Paris-Nanterre. Foi Diretor do GAMA, Groupe d'Analyse Macroéconomique Appliquée.

efetiva: o Max Corden [1927–], responsável por um seminário em Oxford que eu frequentei, e o Bela Balassa [1928–1991], que conheci no Banco Mundial. Este último veio a Portugal. Uma máquina a produzir estudos. (JC)

A seleção dos contextos intelectuais de referência, as sequências que se iam estabelecendo, a busca da pluralidade de métodos e a capacidade para captar a complexidade resultavam, insiste-se, da forma que o trabalho ia ganhando e da maneira como os problemas suscitavam desenvolvimentos. E isso conduzia as escolhas. É claro que, no GEBEI, as perspetivas em construção não se reduziram a uma única dimensão, muito menos a um método.

Não se faz análise quantitativa e de estrutura sem se ter alguma ideia de sistema do ponto de vista da motivação ou da organização económico-social. Em dado momento comecei a ter contacto com a escola de regulação francesa, que tinha uma visão bastante interessante. Começavam a emergir com bastante força Boyer, Lipietz e Aglietta. Estamos a falar dos inícios da década de 1970, portanto os primórdios desta linha de pensamento. (JC)

Esta ligação a centros similares, por serem parte da administração pública e por partilharem uma mesma visão do que é substantivo nas economias, teria realmente uma “frente francesa” bastante significativa, ela própria já muito internacionalizada.

A escola da regulação passou a ter um papel muito importante, pois tratava do papel das instituições. Isso já foi uma coisa que cada um assimilou por si, as últimas coisas que nós fizemos, eu e o Eduardo [Ferro Rodrigues],²⁶ foi ir ao CEPREMAP para começar a montar um projeto sobre a acumulação, sobre, digamos, a dinâmica da acumulação na economia portuguesa, mas aí já estava um machado por cima do GEBEI e não se fez. (FR)

Mas o contexto, isto é, os campos intelectuais que se partilhavam, eram realmente amplos e muito bem estruturados e pensados. Não deixaram de entrar no raciocínio argumentos de oportunidade e mesmo uma avaliação do que era possível, no momento inicial.

²⁶ Eduardo Ferro Rodrigues (1949–), é licenciado em Economia pelo ISCEF. Iniciou a sua atividade profissional no GEBEI em 1972 e foi professor convidado do ISCTE. Deputado, Ministro da Solidariedade e Segurança Social e Ministro do Trabalho e da Solidariedade, é atualmente Presidente da Assembleia da República.

Antes disso, houve três personalidades muito diferentes que me influenciaram: [Paul A.] Baran [Paul M.], Sweezy e [John Kenneth] Galbraith. Entraram na minha vida nos EUA, visto que aí, quando se tratava de organização industrial, isso fazia-se em sentido lato e incentivavam a formação de ideias próprias. Ao regressar a Portugal com essa base e aproveitando os estudos de especialização industrial, ponderei se deveria ou não fazer uma espécie de híbrido a partir desse triângulo: Baran, Sweezy, Galbraith e a escola de regulação. Acabei por abdicar dessa ideia, que cada um poderia ter como interesse pessoal mas não institucional. Porquê? Por duas razões: em primeiro lugar, porque criava um novo foco para o qual não tínhamos suficiente experiência nem garantia de continuidade de recursos; em segundo lugar, porque pensámos que isso nos levaria para uma situação em que a produção de um trabalho sério nesse campo suscitaria imensas objeções políticas. Se eu decidi não começar logo com a distribuição dos rendimentos muito menos entraria por este campo, mais acessível à crítica. (JC)

Parece ter havido sempre uma consciência clara de que os motivos eram encaminhar os problemas que aqui se tinham formado, dar-lhes a melhor forma, e partilhar objetivos. É notório que a simbiose entre os problemas a estudar e a interlocução externa com os melhores centros de pensamento foi um dado fundador do GEBEI e isso tinha um autor claro, mesmo que a colegialidade seja também evidente.

Quando tínhamos um assunto a tratar havia a preocupação de saber qual era a melhor universidade que estivesse ao nosso alcance. Era para aí que nós mandávamos as pessoas. E não nos movíamos por “modismos”. (JAS).

O Eng. Cravinho definia as coisas e havia a preocupação de se aprenderem novos métodos para explorar problemas relevantes. Várias vezes estivemos em estágios na OCDE. Os da parte internacional fomos logo para o CEPPI estudar as coisas com metodologias novas, com abordagens novas, porque nesta altura o CEPPI era para nós uma coisa muito interessante. Era um anexo do comissariado do Plano. O próprio Comissariado do Plano francês tinha evoluído para a necessidade de compreender o mundo e tinha o CEPPI. (FR)

O relacionamento internacional do GEBEI, através do qual as escolhas se concretizavam, foi, como se vê, intenso e aberto. E determinado pelo problema que se tinha em mãos.

Nós no GEBEI estávamos sempre a sair. Os colegas dos métodos quantitativos iam para uns sítios, nós íamos muito para a OCDE. A OCDE foi a nossa escola, de todos nós, o Lino [Fernandes], eu, porque no fundo era o sítio onde também se aprendia mais sobre a economia mundial, era uma janela sobre o mundo. Depois fomos trabalhar muito para o CEPII. O CEPII não tinha uma abordagem grandemente inovadora, do ponto de vista conceptual, da competitividade internacional; mas era o tema da competitividade. (FR)

No caso do CEPII, nós íamos buscar um instrumento que achávamos que era interessante e que correspondia àquilo que a gente pensava; o trabalho ali era bastante de igual para igual. (LF)

Também se foi tornando clara a densidade cada vez maior do que se queria estudar: havia uma sequência e, dentro dela, havia aprofundamentos importantes. Não será, pois, de ecletismo que se deve aqui falar. Talvez se tenha tratado de uma adicionalidade crítica e consciente.

Havia muitos estudos da UNIDO, a agência das Nações Unidas para a indústria. Aprendi muito com as coisas da UNIDO²⁷ em termos setoriais. O CEPII o que tinha de muito bom era uma base de dados do comércio internacional por grupos, países e por setores e isso permitia fazer trabalhos de comparação. Íamos lá buscar dados, trabalhámos muitas bases com dados internacionais. Lembro-me que, a certa altura, uma das últimas coisas que fizemos, já de colaboração com o CEPII, era para a revista deles e era a comparação das economias europeias. Era uma coisa muito interessante. Nós nunca tínhamos trabalhado com dados internacionais comparáveis. No ambiente cultural do CEPII, havia uma grande curiosidade pelo mundo. Tinha um ponto de partida quase ideológico, quer dizer, a França está a perder peso no mundo e está a atrasar-se em relação à grande mudança que está a acontecer e, portanto, é preciso fazer um grande esforço. Toda a atenção era para a competitividade. Foi muito bom, ao mesmo tempo, termos conhecido o CEPREMAP. (LF)

Não será exagero constatar que, havendo uma “escola” e um pensamento estruturado, havendo uma linha determinada pelo desafio do conhecimento de Portugal, a diversidade dos relacionamentos e as motivações de cada investigador eram, elas próprias, parte do que se ia construindo.

²⁷ Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial.

Talvez esta seja uma das melhores formas de realizar um “programa” e de estabelecer os termos do pluralismo em Economia.

Fui fazer um estágio interessantíssimo, sobre a transferência de tecnologia e sobretudo a evolução que se pretendia na inovação, no Bureau d’Informations et de Prévisions Économiques (BIPE), em Paris, e no ano seguinte, em 1974, fui para a [Universidade] Erasmus [em Roterdão] fazer um sobre planeamento regional. Nós tínhamos a preocupação de apanhar muitas áreas e depois procurávamos perceber qual era a sua articulação, não do ponto de vista empresarial, mas do ponto de vista do efeito sobre a sociedade. E, aí, nasceu a minha costela de Economia Industrial. Foi assim que eu descobri Jacques De Bandt, o meu orientador de tese, de Economia Industrial. Foi assim que eu li *The New Industrial State*, de alguém que nunca foi devidamente tido em atenção que era o John Kenneth Galbraith. Tenho aqui um trabalho último dele quando ele já estava quase para morrer, em 2004, que é *A Economia da Fraude Inocente*, que eu aconselho toda a gente a ler, que é uma coisa fantástica. (JAS)

Lembro-me de outra coisa que, já mesmo no fim, fizemos em Sesimbra com pessoas de Sussex, com o Chris Freeman e com os outros, e isso também nos deu uma perspetiva muito interessante, mais histórica. (FR)

Eu próprio participei, em 28 e 29 de janeiro de 1986, em Toulouse, já com o GEBEI a caminhar para uma situação de “gestão corrente”, numas Jornadas Luso-Francesas de Economia Industrial, organizadas conjuntamente por João Cravinho e Jacques De Bandt, em que investigadores portugueses e franceses apresentaram as suas linhas de investigação. Não era só a equipa do GEBEI que compunha a parte portuguesa. Convidaram-se outros segundo um critério que me pareceu claro: eram académicos a elaborar as suas teses de doutoramento e estas dirigiam-se a aspetos substantivos da economia portuguesa.²⁸ Na verdade, o GEBEI assumiu-se como um ponto de apoio para os que, estando noutros campos, trabalhavam sobre assuntos convergentes que pudessem ajudar a conhecer as

²⁸ No meu caso, o Eng. João Cravinho interessou-se pelo que eu estava a estudar sobre os contextos territoriais do desenvolvimento industrial em Portugal e convidou-me a apresentar essa investigação. Em 1989, defendi a tese de doutoramento que haveria de publicar em livro sob o título *Os Espaços da Indústria: a regulação económica e o desenvolvimento local em Portugal* (Reis, 1991).

características estruturais, as especificidades e o relacionamento externo da nossa economia.

Este ponto é, claro está, aquele que mais diretamente se liga à temática da circulação internacional de ideias económicas e à demonstração de que existe um contexto de relações que é plural e não hierárquico, está associado a problemáticas próprias, construídas com autonomia. Corresponde, portanto, a escolhas, não sendo redutível à «transmissão de um *package*» (Backhouse, 2017: 12), muito menos a uma «forma de *expertise* generalista» (Fourcade, 2018: 5) visto que, ao contrário do que aludem as referências que fiz na secção 3,²⁹ «ideias cruciais importantes [não tinham] perdido identidade nacional» (Backhouse, 2017: 6). A Economia não era um «conhecimento centrado nos instrumentos e relativamente insensível às variações históricas e geográficas» (Fourcade, 2006: 160).

4. O “longo” percurso do GEBEI entre o nascimento, a transformação e o desaparecimento (1973–1986)

Sabe-se quem criou o GEBEI, pois ele foi “individualizado” no âmbito da Secretaria de Estado da Indústria por despacho de 6 de julho de 1973 de Hermes dos Santos, sendo claro que foi Rogério Martins que criou o espaço político para a sua existência e que foi João Cravinho quem o conceptualizou e concretizou.

É mais difícil identificar quem o fez terminar. Porque, formalmente, nunca foi extinto: foi “transferido”, “integrado” “incorporado” e, finalmente, os seus técnicos “afetados” a outros serviços públicos quando já faziam parte de outro organismo. A “transferência” da tutela do Ministério da Indústria para a do Ministério do Plano deu-se em 1977 pelo Despacho Normativo nº 69/77, de 24 de março. No texto do DL 526/80, refere-se que,

em 1977, reconhecendo-se o interesse dos trabalhos desenvolvidos no GEBEI para as tarefas de planeamento foi tomada a decisão [...] de o transferir [...] da tutela do Ministério da Indústria para a [...] do Ministério do Plano, apontando-se a directriz de o integrar no CEP [Centro de Estudo de Planeamento].³⁰

²⁹ Revejam-se as citações de Fourcade (2006, 2018) e Backhouse (2017).

³⁰ Decreto-Lei nº 526/80, de 5 de novembro. Disponível em <<https://dre.pt/application/conteudo/457463>>.

Constatava-se no referido DL 526/80, de 5 de novembro, que «dificuldades de vária ordem impediram que essa integração se operasse totalmente». Acrescentava-se ainda que, em 1979, «pelo Decreto-Lei nº 513-N/79, de 26 de Dezembro», tinha sido «criado na Secretaria de Estado do Plano o Instituto Nacional de Economia Quantitativa, cujo núcleo central incorporava o GEBEI». Como este diploma

não chegou a ser objecto da indispensável regulamentação [e por] não fazer sentido, por ferir princípios básicos de racionalidade, a existência na mesma Secretaria de Estado [a do Planeamento], de dois institutos de investigação aplicada [o GEBEI e o CEP], ainda que orientados para domínios não totalmente coincidentes[,...] reestrutura-se o CEP, reforçando-o como instituto de investigação aplicada da orgânica de planeamento e procede-se à integração do GEBEI nesse mesmo instituto, a que se dá a designação de Instituto de Análise da Conjuntura e Estudos de Planeamento — abreviadamente IACEP.³¹

O GEBEI não foi dissolvido mas, sim, integrado no IACEP. A partir desse momento perdeu-se, em certa medida, a bússola. Foi durante o governo de Sá Carneiro [VI Governo Constitucional, 1980–1981]. (JC)

É o IACEP, e já não o GEBEI, que será “extinto” em 1986, por força do DL 41/86, «optando-se pela integração do respectivo pessoal no quadro de efectivos interdepartamentais do Ministério do Plano e da Administração do Território», estabelecendo o artigo 3º o modo de “colocação dos excedentes” constituídos. A Assembleia da República avoca o assunto e, através da Lei 18/86, de 18 de julho, altera o referido Decreto-Lei. Não para se opor à extinção, que confirma, mas para estabelecer, de forma diferente, que «os seus núcleos técnicos e os respectivos conteúdos funcionais [devem] ser afectados, sem ruptura de funcionamento, a organismos de estatística, investigação e planeamento da Administração Pública». Elimina-se aquele artigo 3º e diz-se que «os processos de integração do pessoal e de transferência do património deverão estar concluídos até 1 de Setembro de 1986». Acrescenta-se que «enquanto não se [aprova]m, por despacho conjunto do Ministro do Plano e da Administração do Território, as listas nominativas] o pessoal manter-se-á afecto ao quadro do IACEP e os seus órgãos e serviços continuarão a assegurar a gestão corrente».³²

³¹ DL 526/80.

³² Lei 18/86, de 18 de julho. Disponível em <<https://dre.pt/application/conteudo/228027>>.

Já diluído no IACEP e em processo de “afetação” a outros serviços, o remanescente do GEBEI termina, portanto, em gestão corrente. Na verdade, os seus quadros continuaram a desempenhar posições públicas relevantes na Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT), no Departamento de Prospecção e Planeamento (DPP), em várias universidades, noutros lugares da administração e, em geral, ao serviço da República.

Mais do que o circunstancialismo e a linguagem dos textos legais, o que é relevante é que estes, na sua linguagem obscura, são um reflexo em imagem tremida dos tempos a que correspondem. O ano de 1986 é já outro tempo, quase outra era, bem diferente das que a precederam. Não é apenas o ganho de causa de uma visão autoritária de governo e da supremacia da ideia de que Portugal é, e sobretudo deve ser, apenas “uma pequena economia aberta”. É certo que na economia ainda subsistem algumas das condições e dos objetivos que a fizeram dar «prioridade aos mecanismos da [sua] estruturação interna e [estabeleceram uma] economia política da democracia» (Reis, 2017: 51). Mas, na esfera universitária e na luta pelo domínio das ideias económicas, o passo ia mais adiantado. A esta luz, a visão estrutural e sistémica, uma forma de ligar positivamente com a questão difícil da heterogeneidade, a primazia à adequada formulação dos problemas e a subsequente (apenas subsequente) escolha dos métodos e das teorias começava a ser excrescente em vista dos ares do tempo. O GEBEI não fazia sentido, evidentemente. A matéria que houvesse para ele estava longe da ribalta...

Não é este o momento para se discutir com profundidade em que medida a relação estimada entre conhecimento, informação e visão estrutural e sistémica do país, por um lado, e deliberação política, por outro, foi ou não realmente alcançada e realizada. Entre análise e decisão, entre planeamento e execução de políticas públicas, há sempre, como é sabido, hiatos, traduções e convulsões. Ou simples silêncios. Também não vem ao caso fazer aqui a apreciação justa de como este propósito, independentemente do seu grau de pertinência, sofreu mutações ao longo de momentos tão distintos como o da fundação do GEBEI, possibilitada pelas ilusões da “ala liberal” dentro do regime que o 25 de Abril depôs, o dos tempos iniciais da democracia (em que as urgências de cada dia tornavam certamente difíceis visões mais detidas) ou com as circunstâncias, afinal tão próximas de 1974, em que se deram duas intervenções do FMI. A ilação mais aces-

sível é a do parágrafo anterior: em meados da década de 1980 este centro de pensamento económico estruturado acabou e percebe-se a lógica...

Conclusão

O pensamento económico contemporâneo em Portugal formou-se a partir de diversas sedes e de vários protagonistas e filiações. As décadas de 1970 a 1980 representam, porventura, o período em que isso foi mais significativo, correspondendo a

uma fase de expansão e consolidação da disciplina, [com] um assinalável pluralismo das opções teóricas e metodológicas. A Economia constituiu-se nesta fase como uma disciplina essencialmente interessada na compreensão do sistema económico, na sua globalidade — isto é, nas atividades que o formam, nas articulações que o estruturam e nas interdependências que inibem ou fomentam as suas dinâmicas. (Reis, 2012)

O GEBEI representa um caso muito significativo disto mesmo, naquele período. Estudá-lo e oferecer uma perspetiva que contribua para reconstituir a sua história e o seu papel é também, pela importância que teve, um ato de justiça cognitiva. Este exercício não pode, no entanto, ser reduzido a um estudo do efémero. Na verdade, está-se perante uma instância muito relevante nas trajetórias intelectuais da Economia em Portugal na última etapa do século XX, sabendo-se que, posteriormente, se veio a verificar uma transição muito forte na forma de conceber a Economia, que, formalizando-a, ao mesmo tempo a desligou da vida material concreta, da condição estrutural do país, reduzindo o seu campo epistémico e sobrepondo o novo cânone à sociedade e aos seus destinos.

O GEBEI é relevante, em primeiro lugar, por ter estabelecido uma visão e por, a partir daí, ter realizado um amplo programa de trabalho sobre questões essenciais da economia portuguesa e da análise económica. Com os pontos da secção 3 pretendi mostrar isto mesmo. Mostrei ainda que, além do que significou internamente, o GEBEI fez escolhas muito precisas em matéria de relacionamento à escala internacional com outros centros de pensamento. Em contextos em que tendem a prevalecer lógicas hierárquicas, isso contraria-se através de afinidades relevantes que possibilitam a persistência de comunidades diferenciadas que reconstituem o pluralismo. A noção de “afinidades eletivas”, que aqui sugeri, é particularmente exemplificada neste caso.

O GEBEI começou no início da década de 1970 e acabou «por hostilidade do poder político em meados da década de 1980» (JC). Falou-se atrás de “destruição de jurisdições”. De facto, foi também pela forma poderosa como se constituíram entre nós novas jurisdições (estudadas neste trabalho por João Rodrigues e Ana Costa) que este fim se deu. O que resta saber é se isso é definitivo. Ou se há na Economia, tanto internacionalmente como em Portugal, um quadro plural que permita perceber que o estudo do GEBEI é, afinal, um estudo sobre as diferentes formas e momentos de expressão desse pluralismo, retomando-se assim a ideia já expressa que este não é um simples regresso ao passado. Não se ignorando as características do presente e do processo que o formou, onde se incluem posições institucionais de poder muito fortes e dominantes, a verdade é que são demasiado simplistas as explicações que convertem um mecanismo em totalidade. A controvérsia em Economia é uma circunstância permanente e, hoje como ontem, o mapa apropriado é o de uma ecologia cômposita e de um universo plural.

Referências bibliográficas

- Amaral, Luciano (1998), “Convergência e crescimento económico em Portugal no pós-guerra”, *Análise Social*, 148: 741–776. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1221844102D2vWI8rh2Vh99VR7.pdf>
- Amaral, Luciano (2010), *Economia portuguesa. As últimas décadas*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Backhouse, Roger (2017), “The internationalisation of economics: some conceptual problems”, comunicação apresentada no *7th CES International Seminar on the Foundations of Economics*, Coimbra, 29–30 de setembro.
- Cravinho, João (2018), “O ecossistema de planeamento emergente nos anos 60 e a criação do GEBEI”, in Jorge Braga de Macedo (org.), *Macroeconomia Aberta: Ensino e prática depois de Abril*. Lisboa: Academia de Ciências, 93–106.
- Davis, John (2018), “Economics and Economic Methodology in a Core-Periphery Economic World”, *Economics Working Papers*, 64. Disponível em https://epublications.marquette.edu/econ_workingpapers/64
- Dow, Sheila (2003), “Babylonian Mode of Thought”, in J. E. King (org.), *The Elgar Companion to Post Keynesian Economics*. Cheltenham: Edward Elgar, 11–14.
- Fontaine, Philippe (2016), “Other Histories of Recent Economics: A Survey”, *History of Political Economy*, 48(3): 373–421. DOI: <https://doi.org/10.1215/00182702-3638607>
- Fourcade, Marion (2006), “The Construction of a Global Profession: The Transnationalization of Economics”, *American Journal of Sociology*, 112(1), 145–194. DOI: <https://doi.org/10.1086/502693>
- Fourcade, Marion (2018), “Economics: the view from below”, *Swiss Journal of Economics and Statistics*, 154: 5. DOI: <https://doi.org/10.1186/s41937-017-0019-2>

- Goethe, Johann Wolfgang (1999 [1809]), *As Afinidades Eletivas: Um romance*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Lains, Pedro (1994), “O Estado e a industrialização em Portugal, 1945–1990”, *Análise Social*, 128: 923–958. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223378018L3yZD2mf6Tb49RB6.pdf>
- Lains, Pedro (2003), *Os progressos do atraso: Uma nova história económica de Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Lopes, José da Silva (1996), *A Economia portuguesa desde 1960*. Lisboa: Gradiva.
- Löwy, Michael, (2011), “Sobre o conceito de ‘afinidade eletiva’ em Max Weber”, *Plural*, 17(2): 129–142. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs.2010.74543>
- Morgan, Mary S.; Rutherford, Malcolm (orgs.) (1998), *From Interwar Pluralism to Postwar Neoclassicism*. Supplemental issue to vol. 30 of *History of Political Economy*. Durham, NC: Duke University Press.
- Neves, João César (1994), “O crescimento económico português no pós-guerra: um quadro global”, *Análise Social*, 128: 1005–1034. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223378178X8sYF6cn2Bl69AP4.pdf>
- Neves, Vítor (2004), “Situational analysis beyond ‘single-exit’ modelling”, *Cambridge Journal of Economics*, 28(6): 921–936. DOI: <https://doi.org/10.1093/cje/beh037>
- Neves, Vítor (2017), “The internationalization of economic ideas. A search for connecting principles”, *Iberian Journal of the History of Economic Thought*, 4(1): 63–73. DOI: <https://doi.org/10.5209/IJHE.56516>
- Pereira, João Martins (1971), *Pensar Portugal Hoje*. Lisboa: Dom Quixote.
- Reis, José (1991), *Os Espaços da Indústria: a regulação económica e o desenvolvimento local em Portugal*. Porto: Afrontamento.
- Reis, José (2012), “Economics: A social science under pressure”, *Portuguese Journal of Social Science*, 11(1): 31–40. DOI: https://doi.org/10.1386/pjss.11.1.31_1
- Reis, José (2018), *A economia portuguesa: formas de economia política numa periferia persistente (1960–2017)*. Coimbra: Almedina.
- Reis, José (2019), “A economia portuguesa dos anos sessenta: uma pesada continuidade”, in José Maria Brandão de Brito e Paula Borges Santos (coords.), *Uma década, duas formas de autoritarismo. Os anos de 1960 em Portugal*. Lisboa: Instituto de História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- Solow, Robert (2018), “A theory is a sometime thing”, *Review of Keynesian Economics*, 6(4): 421–424. DOI: <https://doi.org/10.4337/roke.2018.04.02>